

KUPFER, D. O Desafio do Financiamento à Inovação. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 11/11/2013. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-desafio-do-financiamento-a-inovacao.ghtml>.

O Desafio do Financiamento à Inovação

11/11/2013

Desde a edição do I Plano Brasileiro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) em 1973, lá se vão quarenta anos, é crescente a presença do tema inovação tecnológica na agenda de políticas públicas no Brasil. Inegavelmente essa é uma área em que se logrou avanços significativos em termos de construção institucional, ampliação do volume de recursos aportados e aumento da variedade e sofisticação dos instrumentos de fomento disponíveis. Esses avanços são bem evidenciados, por exemplo, pela criação dos fundos setoriais na década de 1990, pela promulgação da Lei da Inovação ou da extensão dos incentivos fiscais na Lei do Bem em meados da década passada ou ainda com o lançamento em maio último do Plano Inova Empresa, uma marcante e positiva novidade em termos de metodologia de estruturação de ações de fomento.

Porém, é consensual entre os estudiosos a constatação de que, a despeito desse esforço crescente de apoio público, as dificuldades de inovar ainda são muito grandes no Brasil. Tentar estabelecer uma determinação causal entre crescimento econômico e inovação, no sentido que o primeiro determina o segundo ou o contrário, é deixar de ver a economia como o que ela realmente é - um espaço de interações. A inovação é um fator de crescimento, mas as condições para inovar são mais presentes em economias que crescem. Pode-se ainda atribuir parte das causas da dificuldade em inovar à timidez da inserção da indústria brasileira no comércio internacional. Mesmo que historicamente explicada pelo fato de que parcela relevante das exportações do país foi direcionada para atender mercados de países desenvolvidos com produtos de baixo valor agregado, com o crescimento dos custos internos de produção da atualidade, é cada vez mais difícil concorrer de igual para igual com os países asiáticos nesses mercados..

Parece claro que para a indústria manter-se viável no Brasil a única saída hoje é a inovação geradora de produtividade, diferenciação de produtos e maior valor adicionado. Contudo, tal qual em outras áreas, como a educação, em que o caráter eminentemente intangível dos impactos proporcionados pelas políticas dificulta a compreensão da sua efetividade, é difícil hierarquizar os fatores determinantes do desempenho inovativo. Mas dificilmente errará quem apostar no financiamento à inovação como um dos fatores de maior importância.

A problemática associada ao financiamento da inovação é bem conhecida. Em rápidas pinceladas, são pelo menos três questões que precisam ser devidamente equacionadas pelos atores do sistema nacional de inovação. A primeira é superar definitivamente uma visão antiga, mas ainda dominante em muitas empresas, sobre a natureza do processo inovativo. É o chamado modelo linear da inovação, no qual a invenção – a fase científica - é um primeiro passo, que é sucedido pela inovação – incorporação pioneira na atividade produtiva - e depois

pela difusão – a adoção da novidade pelas demais empresas. A segunda é não confundir inovação com criatividade, o que pode parecer trivial mas não é tão simples quanto parece. Embora quase sempre a segunda seja condição necessária para a primeira, quase nunca é suficiente. A terceira é buscar demarcar com maior nitidez a zona cinzenta que separa a inovação intramuros e a P&D externa.

Quer dizer, em um mundo em que a inovação é cada vez mais o resultado de competição e colaboração de múltiplas empresas e instituições de ciência e tecnologia em redes de pesquisa, saber individualizar os objetos e os atores do processo inovativo torna-se imprescindível para o desenho de operações de financiamento bem sucedidas. Dessas tensões surge o principal dilema: apoiar os projetos, que significa mover o olhar para as rotinas ou apoiar as empresas, que implica valorizar os comportamentos. A diferença é que P&D dá margem a projetos, com fases, etapas, cronograma, etc... O resultado da inovação é intangível mas o seu processo de produção, a P&D, é tangível. Assim, como atividade rotinizável que é, a P&D torna-se mais convenientemente apoiável pelos financiadores.

Dentro dessa moldura analítica, cabe questionar se o apoio à inovação no Brasil ainda está excessivamente concentrado no financiamento à projetos de P&D. Talvez isso ajude a explicar porque, a despeito de o crédito público à inovação já operar hoje com juros extremamente atraentes, negativos na maioria das situações, a efetividade das linhas de financiamento em termos de acesso e mitigação de riscos ainda deixa a desejar. O apoio às empresas (comportamentos), que precisa ser estruturado em outras bases, provavelmente por meio de instrumentos de renda variável, como o venture capital, capital semente ou similares, ainda se encontra em um estágio muito mais incipiente.

Se é certo que a indústria brasileira precisa cada vez mais da inovação para sobreviver competitivamente, o país vê-se novamente diante do desafio da modernização. Há uma desagradável sensação de que o hiato da indústria brasileira frente à fronteira tecnológica internacional está novamente aumentando. Esse é um fenômeno cíclico, pendular, que nesse momento vem sendo majoritariamente provocado pela acumulação de importantes defasagens em tecnologia da informação, que vem a ser o principal vetor da inovação industrial no mundo contemporâneo. A rápida reversão desse quadro requer mais uma rodada de potencialização da política tecnológica, de modo a dotá-la de modelos de financiamento mais ajustados aos requisitos desse novo paradigma.

David Kupfer é professor licenciado e membro do Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da UFRJ (GIC-IE/UFRJ) e assessor da presidência do BNDES. Escreve mensalmente às segundas-feiras. E-mail: gic@ie.ufrj.br. As opiniões aqui expressas são do autor e não necessariamente refletem posições do BNDES.